

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2016

O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominado Ipem/ES, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério “menor preço por lote”, por meio do site: www.bb.com.br, com participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, para **AQUISIÇÃO DE BALANÇAS ELETRÔNICAS, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante o período de garantia**, conforme Processo nº 200/2016 e 201/2016 devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio do IPEM-ES, designados pela Instrução de Serviço nº 013, de 12/02/2016, publicada em 15/02/2016, Instrução de Serviço nº 036, de 30/05/2016, publicada em 31/05/2016, Instrução de Serviço nº 62, de 02 de Setembro de 2016 e regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 1.527-R, publicado em 31 de agosto de 2005, e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar Estadual nº 618/2012, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações-e”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A.

1.3 - INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 10 horas do dia 03/10/2016.

1.4 – FIM DO ENVIO DAS PROPOSTAS: às 10 horas do dia 17/10/2016.

1.5 - DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 10 horas do dia 17/10/2016.

1.6 - DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10h30min do dia 17/10/2016.

1.7 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço eletrônico: cpl@ipem.es.gov.br.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é a contratação de empresa fornecedora de **BALANÇAS ELETRÔNICAS, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante todo o período de garantia**, em conformidade com quantidades e especificações contidas no Anexo I do presente Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1 - O recebimento do objeto da presente licitação se fará na forma estabelecida no Anexo VI deste Edital.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do Ipem/ES, a cargo da conta de atividade 10.30.203.22.122.0068.2070, Elemento de Despesa nº 44.90.52.04, para o exercício de 2016.

5 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O contrato terá início no dia posterior à da data da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

5.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

5.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do suprimento adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

6 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste Edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

6.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

6.3 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação do pagamento.

6.4 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

6.5 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

6.6 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

6.7 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº. 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº. 2.583/71 e alterações posteriores;

6.8 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

7 - PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixado para início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº. 123/2006 e do artigo 60 da Lei Complementar nº 618/2012, microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2 - A comprovação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada deverá ser apresentada à época da contratação e será feita da seguinte forma:

10.2.1- Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site do Ministério da Fazenda, <http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/aplicacoesSimples.asp/ConsultarOpcao.aspx>;

b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos

impedimentos previstos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

10.2.2 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação, regido pela Lei Complementar nº. 123/2006:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/06;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações; e
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/06.

§1º. Os documentos comprobatórios enumerados no item 10.2 somente deverão ser apresentados após a convocação para formalização da contratação, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação no cadastro do CRC/ES.

§2º. O licitante que não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, quando for o caso.

§3º. Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

§ 4º A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser contratada deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

10.3 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) estejam constituídos sob a forma de consórcio;

b) estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, inciso III e IV da Lei Federal nº. 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo.

c) estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

c.1) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de Habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

d) não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) coordenar o processo licitatório;

b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

c) conduzir a sessão pública na internet;

d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

e) dirigir a etapa de lances;

f) verificar e julgar as condições de habilitação;

g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

h) indicar o vencedor do certame;

i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;

j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

a) credenciar-se, previamente, junto ao provedor do sistema, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;

- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;
- c) responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- h) submeter-se às exigências do Decreto Estadual nº 1.527-R/2005, do Decreto Estadual nº 2.849-R/2011, da Lei Federal nº 10.520/02, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

13.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O credenciamento junto ao sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações

inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

14.3 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.4 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste edital.

14.6 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1 - O licitante vencedor deverá indicar a marca e o modelo do produto oferecido, podendo anexar ficha ou catálogo dos produtos.

15.1.2. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, com o que estará atendido o disposto no Decreto Estadual nº 2.849-R, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta

sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 – Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 – A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido nos itens 17.4 e 17.5, em conformidade com o modelo contido no ANEXO II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

- a) Datilografá-la ou digitá-la, em 01 via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;
- b) Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 – Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - A fase competitiva da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que deverá comunicar aos licitantes, com antecedência mínima de um minuto, o encerramento e o início do tempo aleatório do sistema.

16.14 – No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.15 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.16 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta, prevista no item 16.15.

16.17 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.18 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.19 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

17 - DA HABILITAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR

17.1 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, exequibilidade e adequação.

17.2 - Constatado o atendimento quanto à compatibilidade do preço, em relação ao estimado para contratação, e quanto às exigências do edital, o licitante que ofertou o menor preço será declarado vencedor e será solicitada a apresentação dos documentos de habilitação.

17.3 – A habilitação do licitante vencedor que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta

efetuada pelo pregoeiro.

17.4 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CRC/ES, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, ou caso algum dos documentos de habilitação registrados no CRC/ES já esteja vencido, deverão ser apresentados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação pelo pregoeiro no sistema eletrônico, salvo a hipótese prevista na Lei Complementar Estadual nº 618/2012, facultando-se o envio por email.

17.5 - O licitante que houver optado por não apresentar certidão de cadastro no CRC/ES deverá apresentar, em 24 (vinte e quatro) horas, a partir da solicitação do pregoeiro, quando da declaração do vencedor, todos os documentos e anexos exigidos para habilitação, facultada a apresentação por meio eletrônico na forma do item anterior.

17.6 – Em se tratando de Microempresa - MI, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 618/2012, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para fins de assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de serviço/fornecimento, e não para habilitação, devendo, contudo, o licitante, em tal caso, apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.6.1. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal de MI, EPP ou MEI, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que o termo inicial do prazo será o dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

17.6.2 - O motivo da irregularidade fiscal pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via email, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da sessão de disputa e solicitação do pregoeiro.

17.8 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.9 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.10 – Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17.11 – Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à

Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 – No mínimo, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contra-razões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e protocolados junto ao órgão promotor do certame, localizado no endereço indicado neste edital, em dias úteis, no horário de 8 às 17h.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

19 - DA ADJUDICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR O CONTRATO

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos

termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19.4 – No ato de assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do pacto.

19.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, observado o disposto no § 2º do item 20.2.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

20.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o ajuste encontre-se parcialmente executado;

20.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto contratual;

20.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o ajuste e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

20.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não receber a ordem de compra, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES e a SEGER no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

20.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere à alínea anterior será submetido à análise da

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

20.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado.

20.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

20.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

20.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

Lote 1 – R\$ 9.262,50 (nove mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Lote 2 – R\$ 28.346,76 (vinte oito mil trezentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos).

21.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do ajuste ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.3 Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

21.4 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.6 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.7 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

21.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

21.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.8 – Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

21.8.1 – Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

21.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.10 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.11 - A participação do licitante nesta licitação implica aceitação de todos os termos deste Edital.

21.12 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

21.13 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.14 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.15 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

Vitória (ES), 30 de Setembro de 2016.

Indiana Nascimento Silva de Oliveira

Pregoeira – IpeM/ES

ANEXO I

PREGÃO Nº 008/2016

DESCRIÇÃO DO OBJETO

1. LOTE 01 – AQUISIÇÃO DE BALANÇA ELETRÔNICA, CLASSE III, CAPACIDADE MÁXIMA DE 100 kg, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABAIXO:

Itens	QTD.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
01	01	Peça	Aquisição de balança eletrônica, provida de bateria, capacidade máxima do instrumento de 100 kg, classe III, resolução até 10 g, com interface de comunicação serial padrão RS 232 ou USB para notebook/desktop com cabo (s) original (is) correspondente (s), ajuste automático de calibração, tensão de trabalho de 93,5 a 264 Vca (automático), com certificado de calibração emitido por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração, incluindo bateria com autonomia de 20 (vinte) horas de trabalho ininterrupto e maleta de transporte construída em compensado de madeira revestida em laminado preto, com estrutura (bordas e cantoneiras) em alumínio, com 02 (duas) alças laterais e 01 (um) fecho frontal que possibilita a colocação de cadeado e com compartimentos internos revestidos de espuma para adequação da balança, da bateria e dos cabos.	R\$9.262,50	R\$9.262,50

Valor Total Máximo a ser pago pelo Lote é de R\$ 9.262,50 (nove mil duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

1.1 Contextualização e justificativa

Um dos campos de atuação do setor de pré-medidos deste Instituto refere-se à fiscalização de gás liquefeito de petróleo (GásLP). Os exames realizados pelos agentes fiscais nas unidades

envasadoras, depósitos e pontos de venda são: determinação da tara efetiva dos recipientes de aço para acondicionamento de GásLP – realizado de maneira visual; exame formal do recipiente de aço para acondicionamento de GásLP e a determinação do conteúdo efetivo do produto GásLP, o qual necessita de uma balança adequada. Além disso, esse equipamento poderá ser utilizado em fiscalização de campo em lojas de materiais de construção, fabricas e atacadistas, onde os conteúdos nominais dos produtos a serem fiscalizados são, por muitas vezes, superiores à capacidade das outras balanças em fiscalização nos supermercados (7,1 kg). A aquisição desta balança dará ao setor de Pré-Medidos condições para a fiscalização de produtos com grande conteúdo nominal, abrangendo uma maior faixa de atuação.

1.2 Descrição detalhada do objeto

- Equipamento: balança eletrônica, classe III, com portaria de aprovação de modelo do Inmetro e de acordo com o Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria nº 236/94 e certificado de calibração emitido por laboratório pertencente à RBC, incluindo bateria com autonomia mínima de 20 (vinte) horas de trabalho ininterrupto e maleta de transporte, construída em compensado de madeira revestida em laminado preto, com estrutura (bordas e cantoneiras) em alumínio, com 02 (duas) alças laterais, 01 (um) fecho frontal, que possibilita a colocação de cadeado e com compartimentos internos revestidos de espuma para adequação da balança, da bateria e dos cabos conforme item 3 deste anexo.
- Deve atender as portarias INMETRO e a resolução CONMETRO nº11 de 1988, bem como às seguintes especificações:
 - a) Capacidade máxima: 100 kg, classe III;
 - b) Carga mínima não superior a 200g;
 - c) Resolução: d: 10g (valor de divisão);
 - d) Tempo de estabilização na apresentação dos resultados: no máximo 2s;
 - e) Mostrador digital **com mínimo de 5 (cinco) dígitos** para expressão de pesagem na Unidade Legal *grama* e **10 mm de altura** que, independente das condições de iluminação do local de uso, permita a visualização de todas as informações registradas em relação aos valores da pesagem executada. Teclado tipo manta selada, constituído por

- no mínimo dispositivo de tara, dispositivo de zero, função impressão, desligar o display da balança (L/D);
- f) A balança deve ser construída em aço carbono e possuir cobertura da plataforma em aço inox, o módulo (central de comando/visor) deve poder operar de forma separado da plataforma, não deve haver coluna, possibilitando a pesagem de objetos com dimensões maiores que sua plataforma, sem possibilidade de interferência nos valores a serem tomados da unidade de leitura. A plataforma de pesagem da balança deverá ser construída em aço inoxidável e ter as seguintes dimensões: 40 cm até 55 cm x 50 cm até 65 cm;
 - g) Protetor mecânico de sobrecarga, garantindo proteção total quando aplicado sobre a plataforma de pesagem qualquer valor acima da carga máxima tolerada;
 - h) Alimentação elétrica de 94 a 264 VCA , 50/60Hz, automática.
 - i) O instrumento deverá permitir a utilização de bateria recarregável, com autonomia mínima de 20 (vinte) horas em uso, que dispense a necessidade de ligação em rede elétrica durante o uso. A bateria e o carregador deverão ser considerados como parte integrante do equipamento.
 - j) Interface de comunicação padrão RS 232C ou USB integrado ao equipamento. As interfaces, conectores e os cabos utilizados na balança devem ser compatíveis com as dos aparelhos *notebook* utilizados pelo IPEM-ES. Todos os cabos necessários para utilização das funções da balança devem acompanhar o instrumento. Os cabos de comunicação de dados devem possuir no mínimo 1,5 metros de comprimento e o de alimentação 2,5 metros; O manual de protocolo de comunicação da interface serial também deve ser fornecido.
 - k) Opção para definição da taxa de transmissão de dados no mínimo de 1200 bps, 2400 bps, 4800 bps e 9600 bps;
 - l) Indicação de carga da bateria no display, que indique quando estiver fraca ou sem carga, pelo menos meia hora antes do seu descarregamento total;
 - m) Durante a influência de oscilações provenientes de correntes de ar, a balança não deverá apresentar variações no valor indicado maiores que $\pm 5,0$ g, pois sua operação se dará

basicamente em ambientes abertos, como pátios de materiais de construção e envasadoras de Gás Liquefeito de Petróleo;

- n) Estabilidade em relação a alterações na umidade relativa do ar. O instrumento não pode apresentar alteração que inviabilize o uso para os serviços realizados pelos fiscais do IPEM-ES, nos ambientes que possam apresentar valores de umidade relativa entre 20%UR e 90%UR;
- o) Garantir que os resultados da pesagem apresentados no visor do instrumento não sofram alteração quando o instrumento ficar exposto a variações de temperatura entre 0°C e 40°C;
- p) Possuir a opção de auto-ajuste. Em se tratando de Órgão Delegado do Inmetro, a opção de auto-ajuste deverá estar liberada para o Ipem-ES.
- q) Manual de instruções em português, com todas as informações técnicas sobre o instrumento (repetitividade, linearidade, limites de uso em função da temperatura, umidade, etc.), informações necessárias para utilização de todas as funções e procedimentos de limpeza, manutenção e cuidados necessários durante o uso. É importante destacar que os cuidados necessários especificados no manual da referida balança não deverão inviabilizar sua utilização nas atividades rotineiras do IPEM-ES, cabendo ao fornecedor do instrumento se informar antecipadamente quais são;
- r) O módulo indicador de pesagem deverá possuir grau de proteção IP 67 (no mínimo) e ser construído em aço inox.

2. LOTE 02 – AQUISIÇÃO DE BALANÇAS ELETRÔNICAS, CLASSE II, NÃO INFERIOR A 7,1 kg E NÃO SUPERIOR A 10 kg, CONFORME ESPECIFICAÇÕES ABAIXO:

Itens	QTD.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
01	04	Peça	Aquisição de 04 (quatro) balanças eletrônicas classe II, providas de bateria, capacidade máxima do instrumento não inferior a 7,1 kg e não superior a 10 kg, resolução 0,1g, com interface de comunicação serial padrão RS 232 ou USB para notebook/desktop com cabo(s) original (is) correspondente(s), com certificado de calibração emitido por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração, incluindo bateria com autonomia de 08 (oito) horas de trabalho ininterrupto e maleta de transporte construída em compensado de madeira revestida em laminado preto, com estrutura (bordas e cantoneiras) em alumínio, com 02 (duas) alças laterais e 01 (uma) alça frontal, 01 (um) fecho frontal que possibilita a colocação de cadeado e com compartimentos internos revestidos de espuma para adequação da balança, da bateria e dos cabos.	R\$7.086,69	R\$28.346,76

Valor Total Máximo a ser pago pelo Lote é de R\$ 28.346,76 (vinte oito mil trezentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos).

2.1 Contextualização e justificativa

Um dos campos de atuação do setor de pré-medidos deste Instituto refere-se exames finais de laboratório e exames preliminares e finais em campo, realizados pelos agentes fiscais. Tal

aquisição é necessária para substituição dos equipamentos antigos.

2.2 Descrição detalhada do objeto

- Equipamento: balança eletrônica, classe II, com portaria de aprovação de modelo do INMETRO de acordo com o Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela Portaria nº 236/94 e certificado de calibração emitido por laboratório pertencente à RBC, incluindo bateria com autonomia mínima de 08 (oito) horas de trabalho ininterrupto e maleta de transporte construída em compensado de madeira revestida em laminado preto, com estrutura (bordas e cantoneiras) em alumínio, com 02 (duas) alças laterais e 01 (uma) alça frontal, 01 (um) fecho frontal que possibilita a colocação de cadeado e com compartimentos internos revestidos de espuma para adequação da balança, da bateria e dos cabos conforme item 3 deste anexo.

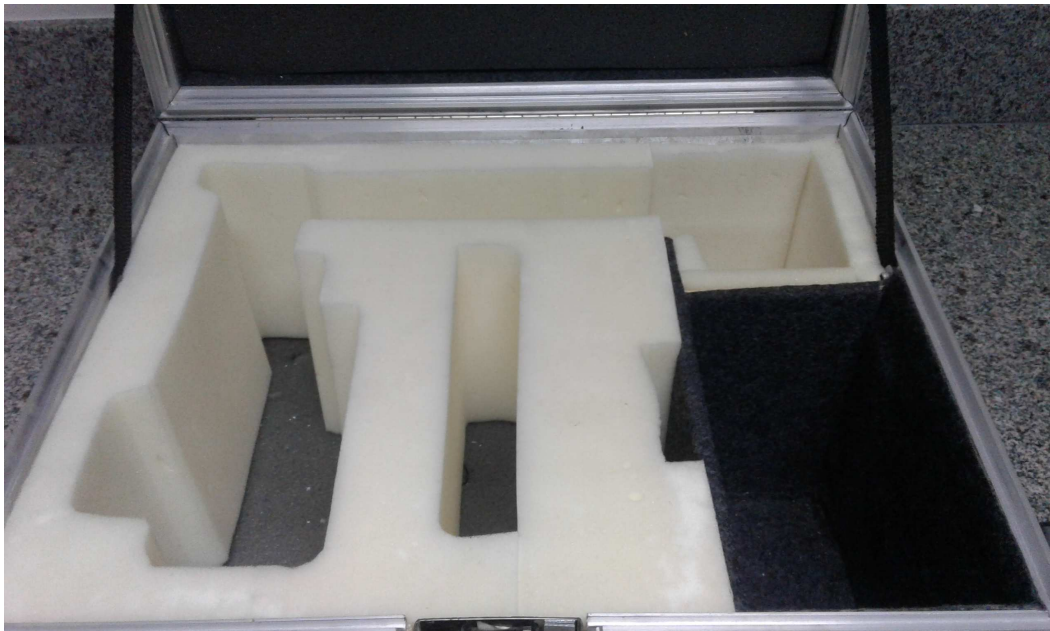
Deve atender as portarias INMETRO e a resolução CONMETRO nº11 de 1988, bem como às seguintes especificações:

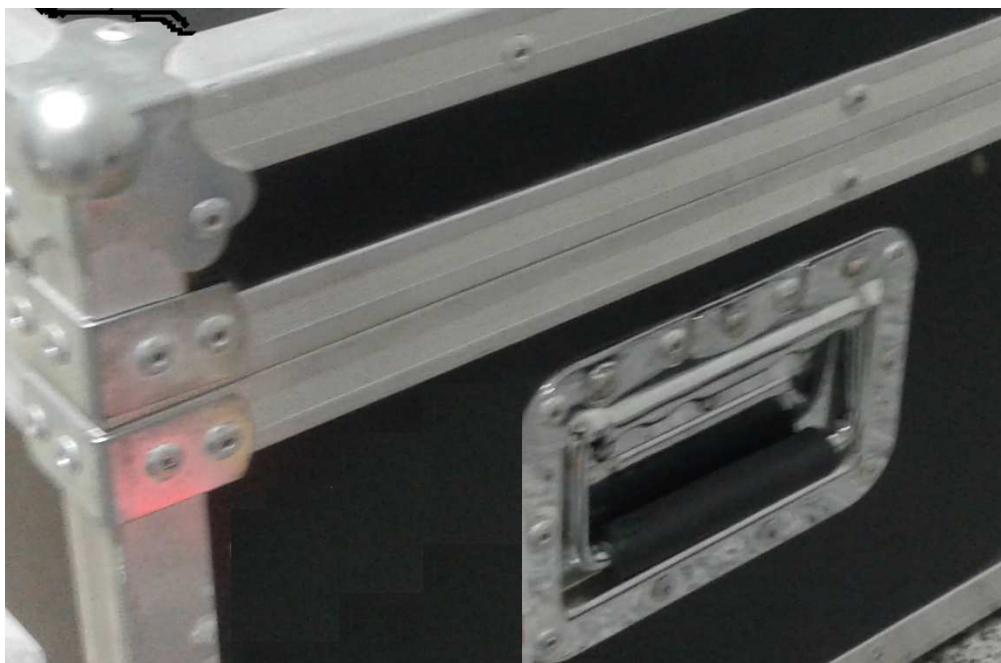
- a) Capacidade máxima: não inferior a 7,1 kg e não superior a 10 kg;
- b) Carga mínima: não superior a 5 g;
- c) Resolução: d: 0,1 g (valor de divisão);
- d) Tempo de estabilização na apresentação dos resultados: no máximo 02 s;
- e) Derivação da balança em função de alterações de temperatura: ± 5 ppm/°C;
- f) Todos os valores da medição apresentados pelo mostrador digital (*display*), do valor de divisão real até a carga máxima, devem ser visualizados em grama (g), sendo que cada dígito deve apresentar o mínimo de 12 mm de altura e que, independente das condições de iluminação do local de uso, permita a visualização de todas as informações registradas em relação aos valores da pesagem executada. Tecla do tipo manta selada, constituído por no mínimo dispositivo de tara, dispositivo de zero, função impressão, desligar o display da balança (L/D);
- g) A balança deve garantir suas características metrológicas a partir do menor valor de divisão real;
- h) A balança deve ser construída em um corpo único (monobloco), contudo deverá permitir a pesagem de objetos com dimensões maiores que sua plataforma, sem possibilidade de

- interferência nos valores a serem indicados pela unidade de leitura (mostrador digital/*display*). Plataforma da balança onde serão acondicionados os produtos a serem ensaiados deverá ser construída em aço inoxidável e ter as seguintes dimensões: 25 cm \pm 03 cm X 25 cm \pm 03 cm, ou um diâmetro de mínimo 25 cm \pm 03 cm;
- i) Protetor mecânico de sobrecarga automático, a ser acionado durante uso da balança, garantindo proteção total quando aplicado sobre a plataforma de pesagem qualquer valor acima da carga máxima tolerada, e ainda de travamento mecânico que garanta proteção total contra danos aos componentes internos da balança durante o transporte.
- j) Adaptador/fonte de alimentação externa, que deverá apresentar descritivo técnico de suas características de funcionamento, como: frequência, corrente, potência, variação de tensão de entrada e de saída, (e quaisquer outras especificações técnicas de detalhamento, que permitam fácil aquisição no mercado nacional, de modelo similar em caso de queima pós garantia, sem prejuízo ao funcionamento da balança). Deverá ser multivoltagem automática que permita a operação em níveis de tensão fornecidos pelas concessionárias no Estado Espírito Santo, em frequência de 50/60hz automaticamente, sem que qualquer ajuste se faça necessário. Além da alimentação direta através da rede elétrica, o instrumento deverá permitir a utilização de bateria que dispense a necessidade de ligação em rede elétrica durante o uso. A bateria deverá ser considerada como parte integrante do equipamento. No caso da bateria ser conectada externamente à balança, deverá possuir módulo de condicionamento para seu transporte (especificação deste módulo deverá ser enviada antecipadamente para avaliação, sabendo-se que os parâmetros mínimos serão: peso não superior a 1,5 kg e dimensões não superiores a 15 cm X 15 cm X 10 cm). Autonomia de carga da bateria deverá possibilitar uso mínimo e contínuo de no mínimo 8 (oito) horas;
- k) Interface de comunicação padrão RS 232C ou USB integrado ao equipamento. As interfaces e os cabos utilizados na balança devem ser compatíveis com as dos aparelhos *notebooks* utilizados pelo IPEM-ES. Todos os cabos necessários para utilização das funções da balança devem acompanhar o instrumento. Os cabos de comunicação de dados devem possuir no mínimo 1,50 metros de comprimento e o de alimentação 1,50 metros; O manual de protocolo de comunicação da interface serial também deve ser fornecido.

- l) Opção para definição da taxa de transmissão de dados no mínimo de 1200 bps, e pelo menos 9600 bps, ou configurável pelo sistema;
- m) Indicação da situação de carga da bateria que indique quando estiver fraca pelo menos meia hora antes do seu descarregamento total;
- n) Indicador de nível e sistema de nivelamento da balança que permita sua adaptação em diversas superfícies permitindo a utilização correta da balança;
- o) A balança deve garantir estabilidade na apresentação dos resultados, sendo que durante a influência de oscilações provenientes de correntes de ar moderadas, a balança não deverá apresentar instabilidade no valor indicado no mostrador digital por um período mínimo de 10 s após a indicação de conclusão da pesagem, pois sua operação se dará basicamente em ambientes abertos, como *check-out* de supermercados, balcões de panificadoras e de lojas comerciais em geral. Deve possuir botão que elimine o “erro de zero”;
- p) Estabilidade em relação a alterações na umidade relativa do ar (o instrumento não pode apresentar alteração que inviabilize o uso para os serviços realizados pelos técnicos das unidades do IPEM-ES, nos ambientes que possam apresentar valores de umidade relativa entre 20% UR e 80% UR).
- q) Possuir opção de auto ajuste. Em se tratando de órgão delegado do Inmetro, a opção de auto ajuste deverá estar liberada para o IPEM-ES.
- r) O período de adaptação da balança no local de utilização, não deverá ser superior a 30 minutos. Após a adaptação e o auto ajuste da balança no local de uso, a qualidade e a confiabilidade do instrumento deverão permanecer inalteradas, mesmo quando sujeita a variações bruscas de temperatura em função de mudanças de local de uso.
- s) Manual de instruções em português, com todas as informações técnicas sobre o instrumento (repetitividade, linearidade, limites de uso em função da temperatura, umidade, etc.), informações necessárias para utilização de todas as funções e procedimentos de limpeza, manutenção e cuidados necessários durante o uso. É importante destacar que os cuidados necessários especificados no manual da referida balança não deverão inviabilizar sua utilização nas atividades rotineiras do IPEM-ES, cabendo ao fornecedor do instrumento se informar antecipadamente quais são;

3. MODELO ILUSTRATIVO DA MALETA DE TRANSPORTE





4. DISPOSIÇÕES COMUNS A TODOS OS LOTES

4.1 Proposta Comercial

- 4.1.1 Na proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste termo, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.
- 4.1.2 As propostas deverão ser encaminhadas com a descrição do objeto ofertado e com os preços unitários e totais.
- 4.1.3 As propostas deverão mencionar a Marca/Fabricante, Referência/Código dos equipamentos ofertados.
- 4.1.4 Na necessidade de inclusão de outros materiais a CONTRATADA deverá mencionar na proposta Comercial (ex: cabo, caixa, etc.).

4.2 Aceitação do Objeto

- 4.2.1 O equipamento deverá ser novo, entregue em local informado pelo IPEM-ES, em embalagem original de fábrica, contendo todos os manuais de instrução, em plenas condições de funcionamento, sem danos em qualquer parte ou todo e sem nenhuma não conformidade no que tange as especificações descritas nesse Termo de Referência.
- 4.2.2 A CONTRATADA deverá garantir a genuinidade dos equipamentos a serem fornecidos, sendo que não será aceito o uso de recondicionados, reciclados, remanufaturados, ou qualquer outra terminologia empregada para indicar equipamento já utilizado para os mesmos fins ou outro qualquer. Não serão aceitos projetos especiais ou protótipos.
- 4.2.3 A inobservância desta condição implicará em recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da CONTRATADA.

4.3 Entrega dos Equipamentos

- 4.3.1 Os equipamentos devem ser acondicionados em embalagem que evite danos aos mesmos. A entrega deverá ser realizada no setor de Almoxarifado do IPEM-ES, localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória-ES, previamente agendada pelo telefone: (27)3636-6083 ou pelo email gerencia.administrativa@ipem.es.gov.br ou, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h às 16 h.
- 4.3.2 É responsabilidade da CONTRATADA, observar os feriados e pontos facultativos quando do dia programado para entrega dos equipamentos.
- 4.3.3 O frete para envio dos EQUIPAMENTOS ao setor requisitante será pago pela CONTRATADA e deverá estar incluído no preço contratado.

4.4 Entrega Provisória

- 4.4.1 A entrega dos equipamentos deverá ocorrer em até **30 (trinta) dias**, após a ordem de execução emitida pela contratante e será recebido de forma provisória, necessitando de um período máximo de 10 (dez) dias úteis para que seja feita a conferência e os testes de

funcionamento dos equipamentos adquiridos.

- 4.4.2 O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que solicitado tempestivamente pela CONTRATADA, e constatado evento imprevisível que justifique o descumprimento do referido prazo.
- 4.4.3 Os equipamentos entregues com eventuais defeitos de fabricação, que apresentem adulteração de qualidade ou sofram eventual alteração em suas características, dentro do prazo de garantia, desde que não causados por inconveniência no armazenamento, caso fortuito, negligência ou por terceiros, deverão ser substituídos. Caso o item esteja danificado, ou seja, constatado o não funcionamento/funcionamento incorreto do mesmo, cabe à CONTRATANTE entrar em contato com a CONTRATADA para que seja efetuada a troca dos equipamentos defeituosos.
- 4.4.4 Os certificados de calibração fornecidos com os equipamentos adquiridos serão avaliados, e se os equipamentos não atenderem aos critérios de aceitação estabelecidos no item 4.2 ou às especificações citadas no item 1.2 e 2.2, deverão ser trocados em até 15 (quinze) dias.
- 4.4.5 A substituição de que trata os parágrafos anteriores deverá ser feita no prazo estipulado pelo Ipem/ES, considerando a data do recebimento da notificação formal do Ipem/ES. Caso a substituição seja necessária, os custos de envio para a CONTRATADA e reenvio para a CONTRATANTE deverão ser pagos pela CONTRATADA.

4.5 Obrigações e Responsabilidades da Contratada

- 4.5.1 Cumprir com a entrega do material descrito neste Termo dentro do prazo estabelecido no item 4.4, sendo que o não cumprimento do prazo sujeitará à contratada as sanções administrativas previstas no Capítulo III, seção V da Lei nº 8.666/93.
- 4.5.2 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do CONTRATANTE.
- 4.5.3 Indicar o endereço, telefone, e-mail e pessoa de contato para se relacionar com o CONTRATANTE, pelos quais assumirá inteira responsabilidade por alterações ou falhas de comunicações.

- 4.5.4 Confirmar o recebimento da transmissão da Nota Empenho e da Ordem de Fornecimento via e-mail ou outro meio idôneo.
- 4.5.5 Correrá por conta da CONTRATADA qualquer prejuízo causado aos equipamentos em decorrência do transporte.
- 4.5.6 Cabe a CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega dos equipamentos especificados, não cabendo, portanto a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

4.6 Obrigações e Responsabilidades da Contratante

- 4.6.1 Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes aos objetos deste Termo de Referência, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;
- 4.6.2 Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Termo de Referência;
- 4.6.3 Fiscalizar o prazo, a entrega e a qualidade do material conforme a especificação solicitada;
- 4.6.4 Efetuar o pagamento da contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo dos materiais.

4.7 Garantia de Funcionamento e Assistência Técnica

- 4.7.1 A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos de fábrica de, no mínimo, 01 (um) ano, contado a partir da data da entrega definitiva dos itens constantes neste termo de referência.
- 4.7.2 Deverá ocorrer troca ou substituição de equipamentos, de imediato, em caso de comprovado defeito insanável previsto no instrumento de garantia;
- 4.7.3 A CONTRATADA deverá entregar uma lista dos agentes credenciados ou autorizados para prestação dos serviços de assistência técnica gratuita, devendo estes atuar na Grande Vitória. A lista desses agentes credenciados deve ser entregue ou encaminhada



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

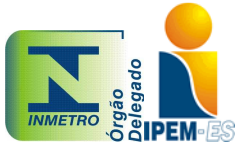
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

juntamente com os equipamentos, sob pena de cancelamento do mesmo. A lista poderá ser entregue em papel ou encaminhada via email, ao endereço gerencia.premedidos@ipem.es.gov.br, ou via Correios, no mesmo endereço de entrega dos equipamentos.

- 4.7.4 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá manter ativo serviço de atendimento por telefone gratuito, para recebimento e abertura de chamados de assistência técnica, que deverão ser atendidos no menor período de tempo possível.
- 4.7.5 Caso sejam verificados danos nos equipamentos em decorrência do transporte, cabe à CONTRATADA providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.



ANEXO II

PREGÃO Nº 008/2016

PROPOSTA COMERCIAL

Empresa: _____(Nome da Empresa)_____

À:

PREGÃO Nº 008/2016

Prezados Senhores:

Pela presente, formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos materiais supracitados, de acordo com todas as condições do PREGÃO nº 008/2016 e seus anexos.

1 - Compõem nossa documentação os seguintes anexos:

Anexo I - Descrição do Objeto, com indicação dos preços unitários de cada item e do preço global;

Anexo III - Exigências para Habilitação;

Anexo IV - Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal;

Anexo V – Dados Complementares para Assinatura do Contrato;

2 - O prazo de validade de presente Proposta é de 60 dias corridos, a contar da data estabelecida neste edital.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem em única e total contraprestação pela execução do objeto contratual.

Atenciosamente,

Vitória, ____ de _____ de _____.

Identificação e Assinatura

ANEXO III

PREGÃO Nº 008/2016

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se ao certame, após a fase de disputa, o licitante vencedor deverá apresentar a seguinte documentação:

1. DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Parágrafo único. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado) e Municipal da sede da licitante.
- c) Prova de Regularidade com a Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§1º Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item deverão ser relacionados à filial, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º Não é exigido das licitantes comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação;

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, material de natureza semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão adquirente, compatível com o objeto desta licitação.

1.4 – DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a) Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital;

1.5 – DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

a) Declaração de cumprimento de inexistência no quadro funcional da empresa, de menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, a não ser que seja contratado na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854, de 27/10/99).

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CADASTRO DE FORNECEDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (CRC/ES)

a) Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto nº 2.394-R de 12 de novembro de 2009 e demais normas complementares;

b) Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2;

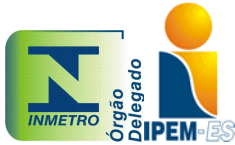
c) Somente serão dispensados os documentos exigidos no Item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade;

d) Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória, salvante a hipótese prevista na Lei Complementar nº 123/2006;

e) O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (Item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e cadastrada;

f) Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;

g) Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro Oficial verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.
Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

ANEXO IV

PREGÃO Nº 008/2016

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

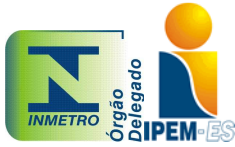
Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.
Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

ANEXO V

PREGÃO Nº 008/2016

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

Nº DE IDENTIDADE:

ÓRGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Vitória, ____ de _____ de _____.

Assinatura e Carimbo



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

ANEXO VI

Contrato n° _____

Processo n° 200/16 e 201/16

Pregão n° 008/2016

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E A EMPRESA..... PARA A AQUISIÇÃO DE BALANÇAS ELETRÔNICAS, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA GRATUITA DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA.

O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, adiante denominada **CONTRATANTE**, órgão da Administração Indireta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o 06.028.316/0001-78, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 1595, Vitória-ES- CEP: 29053-245, representada legalmente pelo Diretor Geral Paulo Renato Rodrigues, _____ (nacionalidade, estado civil, profissão) _____, CPF/MF n° _____, residente e domiciliado _____ (endereço completo) _____, e a Empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede _____ (endereço completo) _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____ neste ato representada pelo _____ (condição jurídica do representante) _____ Sr. _____ (nome, nacionalidade, estado civil, profissão) _____ ajustam o presente CONTRATO de compra e venda de **BALANÇAS ELETRÔNICAS**, nos termos das Leis n° 8.666, de 21 de junho de 1993, n° 8.883, de 08 de junho de 1994, de acordo com os termos do Processo de n° _____, parte integrante deste instrumento independente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA datada de ___/___/___, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a aquisição de **BALANÇAS ELETRÔNICAS, incluindo a prestação de serviços de assistência técnica gratuita durante o período de garantia**, de acordo com o descrito no anexo I, deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - DO PREÇO

2.1 - O Contratante pagará à Contratada o valor de R\$ _____ (valor por extenso), e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros,



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratado.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos materiais adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

3.2 – Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

3.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

3.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

3.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores;

3.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

CLÁUSULA QUARTA

4 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

A Contratada garante a execução deste Contrato, na modalidade de _____ como definidas no art. 56, § 1º da Lei Nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (valor numérico) _____, _____ (valor por extenso) _____, equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, com validade até 30 (trinta) dias após a data prevista para seu vencimento, tudo através do documento _____, que torna-se parte integrante do presente ajuste.

Parágrafo Primeiro. Ocorrendo alteração do preço contratual originariamente fixado, por força de revisão, reajuste, acréscimos e decréscimos quantitativos, dentre outras hipóteses previstas em lei e neste contrato, competirá à Contratada a oferta de nova garantia de execução de contrato, readequada ao preço contratual atualizado.

Parágrafo Segundo. O Contratante restituirá ou liberará a garantia prestada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da execução do Contrato, de acordo com o art. 56, § 4º da Lei Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA

5 DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O contrato terá início no dia posterior à da data da publicação do respectivo instrumento no Diário Oficial do Estado, na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, não podendo ultrapassar a vigência dos créditos orçamentários.

5.2 - É vedada a assunção de obrigações que importem em necessidade de alocação de créditos orçamentários relativos a exercício financeiro futuro.

5.3 - Fica resguardado o prazo de garantia do suprimento adquirido, conforme estipulado no Anexo I deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão na atividade nº 10.30.203.22.122.0068.2070, Elemento Despesa nº 44.90.52.04 do orçamento próprio do Ipem/ES para o exercício de 2016.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO EQUIPAMENTO

7.1 - A entrega do equipamento dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da vigência do Contrato, e será recebido de forma provisória para que seja feita a conferência e os testes de funcionamento dos equipamentos.

7.2 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que solicitado tempestivamente pela CONTRATADA, e constatado evento imprevisível que justifique o descumprimento do referido prazo.

7.3 - Os equipamentos serão entregues no Instituto de Pesos e Medidas do Espírito Santo, IPEM ES, à Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, em dias úteis no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h às 16h. Devendo a entrega ser previamente agendada pelo email gerencia.administrativa@ipem.es.gov.br ou pelo telefone (27)3636-6083.

7.4 – A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento do material, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 10 (dez) dias úteis.

7.5 – O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

7.6 - Os equipamentos entregues com eventuais defeitos, que apresentem adulteração de qualidade ou sofram eventual alteração em suas características, dentro do prazo de garantia, desde que não causados por inconveniência no armazenamento, caso fortuito, negligência ou por terceiros, deverão ser substituídos. Caso o item esteja danificado, ou seja, constatado o não funcionamento/funcionamento incorreto do mesmo, cabe à CONTRATANTE entrar em contato com a CONTRATADA para que seja efetuada a troca dos equipamentos defeituosos.

7.7 - Os certificados de calibração fornecidos com os equipamentos adquiridos serão avaliados, e se os equipamentos não atenderem às especificações do Anexo I, deverão ser trocados em até 15 (quinze) dias.

7.8 - A substituição de que trata os itens anteriores deverá ser feita no prazo estipulado pelo IPEM-ES, considerando a data do recebimento da notificação formal do IPEM-ES. Caso a substituição seja necessária, os custos de envio para a CONTRATADA e reenvio para a CONTRATANTE deverão ser pagos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA

8 DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1 - O equipamento, objeto deste Contrato, terá garantia de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos, bem como a Assistência Técnica local (Vitória/ES) gratuita no período de garantia.

8.2 - Deverá ocorrer troca ou substituição de equipamentos, de imediato, em caso de comprovado defeito insanável previsto no instrumento de garantia;

8.3 - A CONTRATADA deverá entregar uma lista dos agentes credenciados ou autorizados para

prestação dos serviços de assistência técnica gratuita, devendo estes atuar na Grande Vitória. A lista desses agentes credenciados deve ser entregue ou encaminhada juntamente com os equipamentos, sob pena de cancelamento do mesmo. A lista poderá ser entregue em papel ou encaminhada via email, ao endereço gerencia.premedidos@ipem.es.gov.br, ou via Correios, no mesmo endereço de entrega dos equipamentos.

8.4 - Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá manter ativo serviço de atendimento por telefone gratuito, para recebimento e abertura de chamados de assistência técnica, que deverão ser atendidos no menor período de tempo possível.

8.5 - Caso sejam verificados danos nos equipamentos em decorrência do transporte, cabe à CONTRATADA providenciar a substituição dos mesmos no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

CLÁUSULA NONA

9 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os equipamentos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei N° 8.666/93 e alterações;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.
- e) indicar o endereço, telefone, e-mail e pessoa de contato para relacionar-se com o CONTRATANTE, pelos quais assumirá inteira responsabilidade por alterações ou falhas de comunicações;
- f) confirmar o recebimento da transmissão da Nota Empenho e da Ordem de Fornecimento via e-mail ou outro meio idôneo;
- g) responsabilizar-se por qualquer prejuízo causado aos equipamentos em decorrência do transporte;
- h) consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega dos equipamentos especificados, não cabendo, portanto a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

9.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos equipamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos.
- d) proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes aos objetos deste contrato, para que a CONTRATADA possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.
- e) cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Contrato e seu Anexo I;
- f) efetuar o pagamento da contratada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo dos materiais;

CLÁUSULA DÉCIMA

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

10.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

10.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

10.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

10.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de

validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

10.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

10.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

10.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

10.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 DOS ADITAMENTOS

O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 DOS RECURSOS

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelo (a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, _____(nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa)_____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 DO FORO

Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Mascarenhas de Moraes, 1595, Ilha de Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.

Telefone: (27) 3636-6075 / (27) 3636-6077 - cpl@ipem.es.gov.br

ANEXO I

A ser preenchido com base no Anexo I do Edital de Pregão, e na proposta apresentada pela empresa vencedora.